

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	9
1. Direito Adquirido e o Direito Administrativo: uma Nova Perspectiva	
I – O direito e a segurança jurídica	11
II – O problema da aplicação da lei no tempo	13
III – Os precedentes históricos do direito adquirido	17
IV – O verdadeiro préstimo da noção de “direito adquirido”	19
V – O direito adquirido no direito administrativo	22
VI – Uma nova perspectiva sugerida	26
2. Discricionariedade Administrativa e Controle Judicial	
I – Introdução	34
II – Princípio da legalidade	36
III – Vinculação e discricionariedade	37
IV – Fundamentos da discricionariedade	39
V – Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	40
VI – Limites da discricionariedade	45
VII – Extensão do controle judicial	49
(a) Exame dos motivos	49
(b) Exame da finalidade: o desvio de poder	51
(c) Exame da causa do ato	52
VIII – Conclusão	52
3. Legalidade – Discricionariedade – Seus Limites e Controle	
I – Legalidade administrativa e finalidade	56
II – Discricionariedade e vinculação	58
III – O desvio de poder e seu controle	61
IV – O controle dos motivos do ato	66
V – O controle da “causa” do ato	69
VI – A “motivação” do ato	72

VII – A “razoabilidade” e a “proporcionalidade” como requisitos de legitimidade	75
VIII – Lealdade, boa-fé e igualdade como limites da discricção	77
IX – Conclusões	77
4. “Relatividade” da Competência Discricionária	81
5. Anulação de Ato Administrativo e Dever de Invalidar	91
6. Anulação de Ato Administrativo: Devido Processo Legal e Motivação ..	97
7. Desvio de Poder	
I – Introdução	113
II – A Atividade administrativa e a idéia de “função”	116
III – A teoria do desvio de poder	119
IV – Modalidades de desvio de poder	121
V – O desvio de poder e a regra de competência	125
VI – Hipóteses de desvio de poder	126
VII – O desvio de poder e o vício de intenção	128
VIII – Desvio de poder: vício objetivo	132
IX – Desvio de poder por omissão	134
X – A prova do desvio de poder	134
XI – Desvio de poder em atos legislativos e jurisdicionais	138
XII – Desvio de poder e “mérito” do ato	141
8. Proteção Jurisdicional dos Interesses Legítimos no Direito Brasileiro	
I – Introdução	143
II – Princípio da legalidade	144
III – Princípio da igualdade	145
IV – Noção de “direito subjetivo”	146
V – Proteção do interesse legítimo	147
VI – Extensão do conceito de “legalidade”	150
9. Controle Judicial dos Atos Administrativos	
I – Introdução	151
II – Da admissibilidade das postulações em juízo	153
III – Extensão da investigação judicial dos atos administrativos	158
10. A Estabilidade dos Atos Administrativos e a Segurança Jurídica, Boa-Fé e Confiança Legítima Ante os Atos Estatais	168

11. A Noção Jurídica de “Interesse Público”	181
12. Princípio da Isonomia: Desequiparações Proibidas e Desequiparações Permitidas	192
13. O Equilíbrio Econômico nos Contratos Administrativos	
I – O equilíbrio das prestações nos contratos comutativos	199
II – O equilíbrio econômico-financeiro como coadjuvante do interesse público	212
III – O equilíbrio econômico-financeiro e o princípio da boa-fé	214
IV – O equilíbrio econômico-financeiro e o direito positivo	216
14. Extensão das Alterações dos Contratos Administrativos: a Questão dos 25%	219
15. Contrato Administrativo: Fundamentos da Preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro	243
16. Perfil do Poder Regulamentar no Direito Brasileiro	
I – Introdução	255
II – Limites do poder regulamentar	259
III – O objeto do poder regulamentar	264
17. Serviço Público e sua Feição Constitucional no Brasil	
I – Pressupostos metodológicos do conceito de “serviço público” ...	270
II – Serviço público: substrato material e elemento formal	273
III – Os requisitos da noção de “serviço público”	276
IV – Conceito de “serviço “público”	282
V – Regime jurídico do serviço público	282
VI – Titularidade exclusiva do serviço e titularidade não-exclusiva	284
VII – Titularidade do serviço e titularidade da prestação	285
VIII – Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	285
(a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado	286
(b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder	287
(c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade	287
IX – Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	287
18. Serviço Público e Poder de Polícia: Concessão e Delegação	289

19. Serviço Público e Atividade Econômica: Serviço Postal	301
20. O Princípio do Enriquecimento sem Causa em Direito Administrativo	315
21. Natureza Essencial das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas: Consequências em seus Regimes	
I – As empresas e fundações do Estado como entidades auxiliares da Administração	328
II – Características da sua personalidade jurídica de direito privado ...	330
III – Tipos fundamentais: exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos	331
IV – Normas sobre licitação	332
V – Regime jurídico de pessoal	334
VI – Conclusões	335
22. Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e o Regime de Direito Público	339
23. Tombamento e Dever de Indenizar	
I – Limitações administrativas e sacrifícios de direito	350
II – Sacrifício de direito e indenização	354
III – Tombamento e sacrifício de direito	356
IV – Tombamento e indenização	358
24. Sanções Administrativas Transmissíveis e Sanções Intransmissíveis ..	362
25. A Democracia e suas Dificuldades Contemporâneas	
I – Democracia formal e democracia substancial	371
II – A crise dos instrumentos clássicos da democracia	378
III – Tentativas de resposta à crise da democracia	380
IV – Insuficiência dos meios concebidos para salvaguarda dos ideais democráticos	381
V – Possível agravamento da crise da democracia	383
VI – Globalização e neoliberalismo: novos obstáculos à democracia ..	385